

# A GEOGRAFIA HISTÓRICA COMO CAMPO DE PESQUISAS: DEFINIÇÕES, TENSÕES E METODOLOGIAS

VITOR DE ARAUJO ALVES  
Mestre em Geografia  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
vitalves@gmail.com

## RESUMO

Este artigo é uma contribuição para o campo de pesquisas conhecido como *Geografia Histórica*, que, embora já consolidado, ainda carece de sistematizações que apresentem e discutam suas questões mais básicas. Além de tentar desfazer algumas das confusões mais comuns sobre a disciplina, o objetivo deste artigo é resgatar o pensamento de alguns autores que contribuíram para o nosso campo, por meio de críticas ou reivindicações. Perpassando brevemente a evolução do pensamento em um campo que teve muitas vezes sua legitimidade questionada, nossa proposta é dividida em três partes principais: a primeira trata da diversidade de possibilidades de definição da Geografia Histórica; a segunda leva em conta as enormes tensões resultantes da integração da Geografia com a História; por fim, o trabalho de Lawrence Estaville Jr. é resgatado, com o intuito de elencar possíveis vantagens e desvantagens existentes nas diferentes formas de relacionar tempo e espaço.

**Palavra-chave:** Geografia Histórica.

HISTORICAL GEOGRAPHY AS A FIELD OF RESEARCH: DEFINITIONS, TENSIONS, AND METHODOLOGIES

## ABSTRACT

This article is a contribution to the field of research known as historical geography, which, despite already being well established, still lacks some systematization in order to present and discuss its most basic issues. Besides trying to undo

some of the most common misunderstandings regarding the field of historical geography, the purpose of this paper is to review some of the ideas from authors who have contributed to our field of study through their criticism and claims. Traversing briefly through the evolution of thought in an area which had its legitimacy questioned many a times, our proposal is divided into three main parts: the first one dealing with the diversity of possibilities in defining historical geography; the second taking into account the enormous tension resulting from the integration between geography and history; and lastly, the work of Lawrence Estaville Jr. is remembered in order to list possible advantages and disadvantages found in the various forms of relating time and space.

**Keyword:** Historical Geography.

## APRESENTAÇÃO

O presente artigo é uma breve contribuição para a divulgação do campo de pesquisas conhecido como Geografia Histórica, que, embora já consolidado, segue pouco explorado na disciplina geográfica. No Brasil, salvo notáveis exceções, isso se torna mais flagrante, e é ainda bastante reduzido o número de pesquisadores especializados.

A partir do ano de 2006, por intermédio do Núcleo de Pesquisas de Geografia Histórica (NPGH/UFRJ), coordenado pelo professor Mauricio de Almeida Abreu, comecei a ter contato com parte dos textos que aqui serão utilizados; desde então, o interesse pelo estudo geográfico do passado tem se somado à sensação de que ainda é preciso investir em tentativas de sistematização desse campo. A oportunidade de realizar uma reflexão teórica capaz de apresentar rapidamente algumas das questões básicas em Geografia Histórica surgiu na pesquisa de mestrado, publicada em agosto de 2011, sob a orientação do professor Roberto Lobato Corrêa. Além de tentar diluir algumas das confusões mais comuns sobre a disciplina, a ideia era promover um resgate de autores que – na condição ou não de geógrafos historiadores<sup>1</sup> – contribuíram para o nosso campo por meio de críticas ou reivindicações.

<sup>1</sup> Utilizarei o termo geógrafos historiadores ao invés de geógrafos históricos, evitando a confusão entre os pesquisadores deste campo e outros que possam ter exercido algum tipo de pioneirismo nos primórdios da disciplina geográfica. Outra ideia a ser afastada é a que relaciona a Geografia Histórica com o campo da historiografia do pensamento geográfico.

Como consequência da pouca ressonância que o passado tem como objeto de estudo para a Geografia, os geógrafos historiadores brasileiros ainda têm que recorrer à literatura estrangeira quando procuram referenciais que os ajudem a pensar em pontos considerados seminais, como: a dificuldade de se definir a Geografia Histórica, a nebulosidade contida na interface entre a Geografia e a História e a evolução do pensamento em um campo que, com frequência, tem sua legitimidade questionada. Pretende-se explorar esses pontos em três momentos.

O primeiro deles, mais do que uma ingênua tentativa de estabelecer a natureza definitiva da Geografia Histórica, serve para evidenciar as notáveis discrepâncias que existem quando questionamos: a que de fato devem se dedicar os geógrafos historiadores? Alimentados por uma antiga polêmica, os questionamentos surgem de várias direções: há os que entendem que a Geografia deve se restringir ao estudo do presente e aqueles que, posta a dificuldade de diferenciar o presente do passado, afirmam que toda Geografia é histórica; alguns veem a Geografia Histórica como uma disciplina autônoma e outros propõem a adoção do termo História geográfica. Há mesmo quem ache que nada diferencia a Geografia Histórica de outros campos da Geografia, já que todos esses recorrem ao passado para construir seus sistemas de análise e explicação. Tentarei tornar mais claras essas questões a partir de uma rápida coletânea sobre o termo Geografia Histórica.

O segundo momento, intitulado “A geografia histórica entre a geografia e a história”, se inicia com a crítica ao que Abreu (2000) chamou de “ditadura do presente”. No desenrolar desse item, são retomadas rapidamente as opiniões de alguns geógrafos bastante famosos – como Richard Hartshorne e Carl Sauer – e de outros menos conhecidos, mas para nós muito importantes, como Clifford Darby, um dos maiores expoentes da Geografia Histórica, com notável contribuição para a reflexão sobre as possibilidades de relação entre a Geografia e a História. Embora breve, o diálogo com esses pensadores (feito com a ajuda de autores contemporâneos como Alan Baker e Leonard Guelke, entre outros) é capaz de sintetizar algumas questões importantes que marcaram a evolução do pensamento no nosso campo de estudos. A principal delas está expressa na tensão que envolve as aproximações e os afastamentos entre a Geografia e a História.

O último dos três pontos, por sua vez, mostrará algumas das possibilidades de recortes temporais em Geografia, evidenciando problemas e potencialidades de algumas das formas de relacionar espaço e tempo. Essa parte, de caráter metodológico, está apoiada no trabalho de Lawrence Estaville Jr. e conta, no final, com uma breve exemplificação através de um estudo empírico: a geografia do comércio atacadista no Rio de Janeiro oitocentista. Trata-se do último momento antes das considerações finais.

Este artigo é dedicado ao professor Mauricio de Almeida Abreu e já nasce com a certeza de ser apenas uma pequena homenagem. Além do apoio desse mestre, o trabalho carrega a marca das estimulantes discussões com os amigos do NPGH, a quem agradeço profundamente. Cito aqui aqueles com quem pude dialogar mais intensamente: Leonardo Oliveira, Marcelo Werner, Deborah Fontenelle, Diogo Cabral, Tamer Cantelli, Marcus Vinícius Gomes, Bruno Rossato, Alexandre Chaves, Carlos Saldanha, Rafael Lessa, Patrícia Silveira, Renato Coimbra e Gustavo Vilella.

## **A DIVERSIDADE DE DEFINIÇÕES PARA A GEOGRAFIA HISTÓRICA**

Esse primeiro item reúne algumas definições para a Geografia Histórica, cuja especificidade tem sido pouco tratada<sup>2</sup>. O grande número de possibilidades para definir o termo não chega a nos surpreender. Primeiramente, por ser isso comum e saudável no âmbito científico; em segundo lugar, pelo fato de a Geografia Histórica, como outros campos, não ter uma tradição monolítica a ser resgatada, sendo mais bem vista como uma formação discursiva dinâmica que precisa de novos interesses e direções para continuar a florescer (BAKER, 2003, p. 02). Resgatemos uma pequena parte dessa evolução.

Edmund Willian Gilbert, ainda nos anos 30 do século XX, identificava ao menos cinco possibilidades de definição para o termo Geografia Histórica. A Geografia Histórica mais apropriada, todavia, teria apenas um objetivo: reconstruir a Geografia regional do passado (GILBERT, 1932, p. 12). Essa noção de descrição de uma área em um tempo passado é também a do geógrafo ale-

<sup>2</sup> Foge ao objetivo traçar uma historiografia deste campo de pesquisas, tarefa para uma pesquisa específica. Ainda que pouco numerosas, há referências sobre esse longo e complexo processo de desenvolvimento, como as obras de Robin Butlin (1993) e Alan Baker (2003), além da coletânea de artigos organizada por D. Brooks Green (1991).

mão Alfred Hettner, para quem a Geografia Histórica de uma região é possível de ser feita em qualquer período de sua história. Cada um desses períodos, que devem ser vistos separadamente, dão origem não a uma, mas a uma multiplicidade de geografias históricas (HETTNER, 1927, apud DARBY, 1962, p. 59).

Henry Clifford Darby (1909-1992), por sua vez, elencou algumas possibilidades de uso para o termo Geografia Histórica. Segundo ele:

The term 'historical geography' has been used [...] in at least two senses. In one sense it has been taken to imply the reconstruction of past geographies [...]. In another sense it has been regarded as the study of geographical changes through time. But these two usages do not exhaust the meanings borne by the term. It has sometimes been taken to be the record of changes in political boundaries and in the extent of administrative divisions at different times [...]. We may also note in passing that term has sometimes denoted the history of geographical exploration and geographical thought, but few would use it in this sense today. There is, finally, yet another usage, and one with which the term was long identified. This is the investigation of the influence of geographical conditions upon the course of history – a line of inquiry that is thought by many to be best described as 'geographical history' (DARBY, 1987, p. 74).

Nesse mesmo trabalho, Darby ainda recupera outras duas importantes visões: a de J. F. Unstead, que em 1907 descreveu a Geografia Histórica como o recortar de seções horizontais no tempo, e a de Halford Mackinder, que entendia que a 'verdadeira geografia histórica' deveria passar por aquilo que os literários chamam de *historic present* ou, como traduziu Abreu (2000), o chamado *presente de então*<sup>3</sup>.

Jean Mitchell (1954, p. 12) assim definiu a Geografia Histórica:

Historical Geography is, simply stated, a geographical study of any period in the past for which a more or less ordered and dated sequence is established in human affairs [...]. Emphasis is placed on the *geographical* study.

Três décadas depois dessa publicação, o "mistério" da disciplina ainda desafiava autores como Willian Norton (1984, p. vi), para quem a Geografia Histórica preocupa-se principalmente com a mudança geográfica através do tempo, o desenvolvimento da paisagem e a evolução das formas espaciais. As duas primeiras ideias, segundo o autor, representam visões tradicionais formuladas por dois importantes geógrafos, respectivamente: Andrew Clark e Carl Sauer.

<sup>3</sup> Repare-se que isso se refere a um presente que existiu em outro tempo e não ao presente atual.

No final do século XX, autores como Robin Butlin (1993), Chris Philo (1996) e Leonard Guelke (1982) continuaram a reflexão em torno de tão espinhoso assunto. Para o primeiro:

Historical geography is the study of the geographies of past times, involving the imaginative reconstruction of a wide range of phenomena and processes central to our geographical understanding of the dynamism of human affairs, such as change in the evaluation and uses of human and natural resources, in the form and functions of human settlements and built environments, in the advances in the amount and forms of geographical knowledge, and in the exercising of power and control over territories and peoples (BUTLIN, 1993, p. ix).

Segundo Chris Philo (1996, p. 270):

A importância da geografia histórica é fazer com que uma sensibilidade geográfica seja introduzida no estudo de todos esses fenômenos do passado – econômicos, sociais, políticos ou qualquer outro – que são a própria “substância” da história e que atraíram a atenção dos historiadores (como também a de outros estudiosos das ciências sociais e das humanidades).

Finalmente, para Leonard Guelke (1997, p. 225), o entendimento dos valores humanos e das relações de poder que eles implicam fornece a base para uma nova Geografia Histórica, que encoraja os geógrafos a verem as atividades humanas como expressões do pensamento humano. Isso nos conduziria a nos preocupar mais com os processos imateriais e a dar menos importância ao sistema de objetos. Seguindo-se ou não tal orientação, esse autor oferece mais uma possibilidade em uma gama de definições de Geografia Histórica, como mostrado aqui<sup>4</sup>.

Quando tentamos responder duas questões centrais para os geógrafos historiadores, todavia, deparamo-nos com a emergência de alguns pontos críticos. A primeira delas é: o que é uma Geografia do passado? De acordo com a literatura, seria válido um grande número de respostas. Poder-se-ia argumentar que fazer uma Geografia do passado é reconstruir a espacialidade de uma sociedade situada em outro tempo. Mas, que aspectos devem ser considerados centrais à espacialidade? A resposta a essa questão varia de acordo com as intenções do pesquisador e se confunde com as inúmeras facetas geográficas, frequentemente renovadas e postas em debate.

<sup>4</sup> Frequentemente, a percepção sobre a Geografia Histórica ainda esbarra na confusão sobre termos como geo-história e geografia retrospectiva. Para o primeiro, vale a pena consultar Castro (1970) e Pires (2007). Já o método retrospectivo ainda será comentado adiante.

Questionamentos semelhantes surgem se aceitarmos que a Geografia Histórica deve estudar espaços pretéritos a partir do arcabouço teórico-conceitual de hoje, produzir um olhar que auxilie no entendimento do passado ou estudar a evolução da paisagem e de padrões espaciais ao longo do tempo. Se podemos dizer (a despeito da acusação de frouxidão na definição do objeto científico) que há tantas noções de Geografia quanto geógrafos, qualquer uma dessas pode ser útil ao estudo do passado. Portanto, é a orientação preferencial do pesquisador, somada ao tipo de fenômeno em questão, que levará à escolha de uma ou outra concepção. O estudo sobre a luta pelo controle da Baía da Guanabara no século XVI deverá estar alicerçado em pilares diferentes de um outro sobre a evolução dos cursos dos rios que deságuam nessa mesma baía. Ambos podem ser considerados estudos de Geografia Histórica: o primeiro trabalharia com o conceito de território para analisar uma dada seção temporal e o segundo se apoiaria nas mudanças dos padrões hidrológicos. Chega-se assim à outra questão: o que significa, para os geógrafos, o adjetivo “histórica”?

Também aí a argumentação pode tomar diversas direções. Para muitos, esse adjetivo indica que o fenômeno a ser estudado não se encontra no presente atual. Isso nos levaria a concordar com Clifford Darby (1991), para quem toda Geografia é histórica, atual ou potencial. Outros diriam que o ‘histórico’ se funda no conceito de tempo; mas o que dizer de estudiosos que desconsideram o tempo como conceito central da história? Por fim, e com a minha discordância, há quem acredite que o adjetivo ‘histórica’ tem o mesmo valor daqueles que individualizam uma geografia ‘econômica’ ou ‘política’. Isso excluiria a possibilidade de considerar alguns dos principais trabalhos brasileiros da área como obras da Geografia Urbana Histórica. Na verdade, um avançar mais profundo nesta seara demanda, como aponta Guelke (1997), uma reflexão a respeito da Filosofia da História. Não há aqui tempo e nem estofa para tal; trata-se apenas de indicar que as possibilidades em História, sequer citadas na maioria das vezes, precisam ser consideradas pelos geógrafos que a ela recorrem.

A despeito da diversidade de definições e das questões colocadas, o esforço em busca de uma maior reflexão envolvendo as relações entre a Geografia e a História parece ser ponto comum e indispensável. Nesse sentido, não se trata apenas de reafirmar as relações entre elas, que Santos (1996, p. 50) aponta como o mais simples dos enfoques, mas de continuar a procurar a superação de antigas barreiras. Para os geógrafos historiadores esse esforço é urgente, pois foi em torno disso

que se estabeleceu boa parte dos debates em Geografia Histórica; de outro lado, é preciso lembrar que as relações Geografia/espço e História/tempo/passado já estiveram mesmo no cerne da discussão sobre o objeto dessas disciplinas. Elisée Reclus chegou a afirmar que a Geografia é a História no espaço e a História é a Geografia no tempo. Aprofundemos alguns pontos dessa discussão.

## A GEOGRAFIA HISTÓRICA ENTRE A GEOGRAFIA E A HISTÓRIA

É antiga a discussão sobre as relações entre a Geografia e a História, a definição de seus limites e as possibilidades de aproximação entre elas. A questão de como tratar da autonomia desses dois saberes generalizou-se entre os geógrafos e, como aponta Abreu (2000, p. 14), essa angústia foi muito maior na França, onde a batalha pela institucionalização da Geografia foi, sobretudo, uma busca de independência em relação à História, que insistia em considerá-la uma de suas ciências auxiliares.

A chamada “ditadura do presente”, de que fala Mauricio Abreu, se fortaleceu nas opiniões de geógrafos como Jean Brunhes (1912) e André Cholley (1942): o primeiro, no clássico *A geografia humana*, afirmava que o método geográfico deve privilegiar o estudo preciso do que existe hoje; o segundo, por sua vez, definiu a disciplina geográfica como a construção lógica do presente (apud Abreu, 2000, p. 14-15). Tais visões parecem não reservar lugar à Geografia Histórica e a proposta de tratar de um momento do passado que não necessariamente nos transporta ao presente atual soa a muitos, ainda hoje, bastante estranha. Entendo que a obrigatoriedade dos geógrafos em estudar o presente é um nocivo limite ao nosso campo de reflexões; igualmente, os que refletem sobre fenômenos em tempos passados, principalmente historiadores, têm empobrecido suas formulações ao abandonar a Geografia, muitas vezes reduzida a um mero palco onde se desenrolam os eventos históricos.

Em plena concordância com Abreu, não há lei que impeça que a Geografia trabalhe com o passado:

A geografia não pode se distinguir como o estudo da duração do presente [...]. Sendo ela uma forma de abordagem do real, o que a distingue das outras ciências sociais são exatamente as questões que coloca para o entendimento deste real, da sociedade [...]. Passado, presente e futuro são categorias eminentemente sociais, e não categorias determinadoras de qualquer outra ciência social. Todas trabalham com as três: são as conexões que buscam fazer que dão peculiaridade a cada uma (ABREU, 2000, p. 15).



Essa ideia está longe de ser compartilhada por pensadores de peso, como Milton Santos e Richard Hartshorne, que sequer reconheciam a Geografia Histórica como um campo de interesse do geógrafo<sup>5</sup>. Para Santos (1978, p. 249), tanto a Geografia Histórica como a Geografia retrospectiva, entendida como um terreno de eleição dos historiadores, não foi além da apresentação de problemas, sem lhes fornecer uma solução aceitável.

Para Hartshorne (1899-1992), a Geografia Histórica deve ser considerada uma disciplina autônoma:

Historical geography, therefore, is not a branch of geography, comparable to economic or political geography. Neither is it the geography of history, nor the history of geography. It is rather another geography, complete in itself, with all its branches (HARTSHORNE, 1991, p. 25, grifo meu).

Aprofundemo-nos em algumas de suas ideias, que embora não aceitas pelos geógrafos historiadores, têm relevância para nós – já que fundaram noções comuns a respeito da Geografia Histórica. Seu clássico *The nature of geography*, de 1939, pode ser considerado um esforço em encontrar um lugar lógico para a Geografia entre as ciências, definindo-lhe o objeto e o método. É nesse contexto que são exploradas as relações entre Geografia e História, na seção intitulada *The relation of history to geography*.

Primeiramente, Hartshorne não via nenhuma dificuldade em diferenciar a Geografia da História: a primeira estaria preocupada com a corografia e investigaria as diferenças de um lugar para outro; a segunda, sendo cronológica, se preocuparia com as mudanças de um tempo a outro. Pode-se mesmo dizer que, no limite, a Geografia daria conta do entendimento do presente e a História, do passado. Valendo-se do suporte filosófico de Immanuel Kant, considerava que:

Description according to time is history, that according to space is geography. History differs from geography only in the consideration of time and area. The former is a report of phenomena that follow one another and has reference to time. The latter is a report of phenomena beside each other in space. History is narrative, geography a description [...] geography and history fill up the entire circumference of our perceptions: geography that of space, history that of time (apud GUELKE, 1982, p. 07).

<sup>5</sup> Milton Santos, embora não reconhecesse a Geografia Histórica como um campo de interesse do geógrafo, contribuiu bastante para a reflexão sobre a noção de tempo nos estudos geográficos. Destaco aqui suas ideias sobre o “tempo espacial” e as “rugosidades” (1978, p. 257-260) e sobre “sincronia e diacronia” (1996, p. 159).

Como notou Guelke (1982), Hartshorne considerava que o único tipo legítimo de Geografia Histórica era aquele feito a partir da perspectiva do recorte temporal transversal (*temporal cross section*), que será apresentado na última parte do artigo. Esse tipo de corte, apesar de se localizar no passado, seria geográfico, pois lida com o presente histórico de uma área ou região de maneira descritiva. O problema surge quando essas geografias são postas lado a lado, como em uma narrativa<sup>6</sup>. Hartshorne considerava que uma Geografia Histórica narrativa era teoricamente impossível e desconsiderava os estudos geográficos que incorporavam as mudanças ao longo do tempo. Assim:

Theoretically one might construct an unlimited number of separate historical geographies of any region, and if these could be compared in rapid succession one would have a motion picture of the geography of an area from the earliest times to the present. In practice however this is utterly impossible – hence indeed the separation of history and geography (apud GUELKE, 1982, p. 07, grifo meu).

Essa opinião é endossada por Milton Santos, que, quase vinte anos depois do lançamento de *Por uma Geografia Nova* (1978), reforça sua crítica à Geografia Histórica no livro *A natureza do espaço* de 1996:

Em que medida ela [a geografia histórica] pode revelar o que arbitrariamente se chama de passado, quando, em vez de mostrar a coerência simultaneamente espacial e temporal de um mesmo momento, apenas reúne instantes disparatados e distantes da mesma flecha do tempo? (SANTOS, 1996, p. 51, grifo meu).

Hartshorne modificou um pouco sua opinião vinte anos depois, na obra *Questões sobre a natureza da geografia* de 1959. No capítulo intitulado *Tempo e gênese em geografia*, o autor reconhece que:

Os geógrafos estudam o passado não só como “chave do presente”, mas também em função do seu próprio conteúdo geográfico. Cada período passado possui uma geografia “presente”, e o estudo comparativo das diferentes geografias através de sucessivos períodos de tempo oferece um quadro da geografia em mudança de uma determinada área (HARTSHORNE, 1959, p. 114-115).

Entretanto, Hartshorne dá a entender que ainda considera a Geografia Histórica um campo totalmente autônomo e que tempo e gênese em Geografia

<sup>6</sup> Os limites entre narrativa e descrição não são fáceis de serem definidos e entendo que, muitas vezes, narração e descrição chegam a se confundir. De qualquer modo, não há problemas em aliá-las em ambos, estudos geográficos e históricos.

devem ser utilizados apenas como elementos facilitadores da compreensão do presente. Isso está claro nos quatro itens apresentados por ele para justificar o tempo como dimensão implícita à Geografia, todos desembocando no presente atual. Aí são ressaltadas a necessidade de se definir a extensão do que se entende por presente e a possibilidade de se recuar a tempos pretéritos quando conveniente (1959, p.112-114). Segundo Alan Baker (2003, p. 26), as posições extremistas de Hartshorne foram gradualmente erodidas pelas ideias e pesquisas de geógrafos historiadores e culturais como Clifford Darby, Carl Sauer e Andrew Clark. Façamos uma breve análise das relações entre a Geografia e a História na obra desses dois primeiros. Conforme citado anteriormente, Darby (1909-1992) foi um dos mais influentes geógrafos historiadores. Para ele, a dificuldade de definir as fronteiras entre as duas disciplinas advém do fato de a Geografia do tempo presente ser uma camada muito fina que, neste momento, está se tornando História. Isso o leva a considerar que toda Geografia é histórica, atual ou potencial. Segundo Baker (2003, p. 33-34), esse autor gradualmente estabeleceu uma nova tradição na Geografia Histórica: aos estudos tradicionais das “geografias do passado” (tidas como o estudo de lugares em recortes temporais transversais), Darby adicionou os estudos das “paisagens/regiões em transformação”. As possibilidades de relacionar Geografia e História aparecem no artigo *On the relations of geography and history* (1953). São elas:

- a geografia por trás da história (*geography behind history*);
- as geografias passadas (*past geographies*);
- a história por trás da geografia (*history behind geography*); e
- o elemento histórico na geografia (*the historical element in geography*).

Segundo Baker (2003, p. 28):

The first [...] involved considerations of the geographical influences – in effect, the physical influences – upon history. The second [...], reconstructions of the geographies of past times, were produced by both geographers and historians, but with somewhat different emphases. The third [...] comprised portrayals of changing landscapes which were simultaneously historical and geographical studies. The fourth [...] was concerned with how to solve Whittlesey’s riddle, with how to provide ‘a historical approach in geographical description’.

Esse quarteto de possibilidades foi, em artigo de 1962 (*Historical Geography*), substituído por outras quatro correspondentes:

- a história geográfica (*geographical history*);
- as geografias do passado (*geographies of the past*);

- as paisagens em transformação (*changing landscapes*); e
- passado no presente (*the past in the present*).

Na realidade, apenas as três últimas possibilidades eram consideradas por Darby como sendo Geografia Histórica. Apoiando-se na ideia que ela é uma abordagem na qual os dados são históricos e os problemas e métodos são geográficos, a história geográfica (ou a geografia por trás da história, que analisa a influência das condições geográficas no curso da história) seria um campo da História. Já os estudos do passado no presente (ou o elemento histórico na geografia), por estarem focados nas sobrevivências e influências da história no tempo presente – usando o passado seletivamente como forma de entendimento da realidade atual – poderiam ser considerados como ambos: Geografia Histórica e Geografia Contemporânea. Isso nos parece estranho quando tomamos a tentativa de Darby de estabelecer a Geografia Histórica como uma subdisciplina própria, diferente da Geografia Humana contemporânea e de outras disciplinas históricas (DARBY, 1979, apud BAKER, 2003, p. 34).

Entendo que, efetivamente, Darby considerava a Geografia Histórica a partir de suas duas outras “versões”: os estudos de geografias do passado (ou geografias passadas) e das paisagens em transformação (ou a história por trás da geografia). Nesses casos, os problemas e temáticas centrais seriam, verdadeiramente, da alçada da Geografia. De fato, as visões da Geografia Histórica como a reconstrução geográfica, através de cortes temporais horizontais e como o estudo das mudanças ao longo do tempo (usando-se ou não a categoria ‘paisagem’), são, até hoje, as mais comuns.

Reconhecido como um importante geógrafo cultural, Carl Ortwin Sauer (1889-1975) sempre valorizou a dimensão temporal em seus estudos sobre paisagens culturais. Ele nos é importante pela enorme influência na Geografia, notadamente a norte-americana, e aqui exploraremos apenas uma de suas obras teóricas, publicada em 1941: *Foreword to Historical Geography*. Antes, todavia, cabe esclarecer a matriz disciplinar que, influenciando Sauer, o faz interessante para nosso trabalho. Trata-se do historicismo, que, como aponta Corrêa (2003), esteve presente na formação desse autor, desde sua graduação, e se fortaleceu a partir dos contatos em Berkeley na década de 1920. Dentre outras, as características comuns ao historicismo e ao pensamento de Sauer são: a ênfase no passado e a importância da mudança e da sucessão de fatos.

É essa noção que levará Sauer a criticar a Geografia norte-americana de sua época que, ao ignorar a História, estaria passando por um Grande Recuo:

Esto no será otro intento de referencia a la geografía en su conjunto, sino una protesta contra el desdén de que es objeto la geografía histórica [...]. Una peculiaridad de nuestra tradición geográfica norteamericana ha consistido en su falta de interés en los procesos y secuencias históricas, al punto incluso del abierto rechazo (SAUER, 2003, p. 02, grifo meu).

Esse recuo, segundo Sauer, poderia ser ilustrado na obra mais famosa de Hartshorne. E a discordância quanto à abordagem genética, que Sauer queria fazer valer como a mais apropriada nos estudos geográficos, foi um dos pontos mais críticos do debate: para ele, o método hartshorneano desconsiderava um de seus próprios pilares, o pensamento de Alfred Hettner, para quem a Geografia deveria ser uma ciência genética. Segundo Sauer, esse recuo estava ligado a um desejo de limitar o campo da Geografia com o propósito de assegurar seu controle.

Sauer, como aponta Guelke (1982, p. 08), considerava a Geografia Histórica uma parte integral da Geografia Humana, concebida como o estudo da paisagem cultural. Eram as mudanças na paisagem que, portanto, norteavam a visão de Geografia Histórica de Carl Sauer, ligada à noção da Geografia Cultural como a diferenciação espacial da cultura. Assim:

El geógrafo no puede estudiar casas y pueblos, campos y fábricas, en lo que respecta a su ubicación y su razón de ser, sin preguntarse por sus orígenes. No puede tratar la localización de actividades sin conocer el funcionamiento de la cultura, los procesos de vida en comunidad del grupo, y sólo puede hacer esto mediante la reconstrucción histórica [...]. Tal estudio de áreas culturales es geografía histórica [...]. Al ocuparse del hombre, y al ser analizado en una perspectiva genética, el tema se vincula necesariamente con secuencias de tiempo (SAUER, 2003, p. 06, grifo meu).

Entendo que Sauer, à sua maneira, acabou abrangendo as quatro possibilidades apontadas por Darby para a união entre a Geografia e a História. A reconstrução de geografias do passado (vistas sob a alcunha de paisagem) e a visão processual que explica a transformação da paisagem natural em paisagem cultural parecem mais facilmente identificáveis. Entretanto, é preciso lembrar que Sauer também denunciou o abandono da Geografia Física pelos geógrafos, conferindo enorme peso aos elementos naturais na conformação de uma “morfologia da paisagem”. Assim, propôs uma análise que também estava preocupada com as influências geográficas naturais no curso da história, cujo desenrolar

era fundamental na compreensão da paisagem em qualquer momento do tempo. Sauer chegou a propor que o trabalho de reconstruir paisagens culturais do passado, comparado ao de um detetive, passava por uma íntima familiaridade do pesquisador com a área ocupada por tal cultura.

No Brasil, a produção de Mauricio de Almeida Abreu e Pedro de Almeida Vasconcelos tem obtido destaque já há algum tempo. Os inúmeros trabalhos de pós-graduação por eles orientados têm dado continuidade à pesquisa geográfica do passado, sendo um interessante e vasto referencial. A linha de pesquisa preferencial têm sido a do estudo do espaço urbano<sup>7</sup>, uma tradição que nos leva a um eminente grupo de geógrafos. Destaco, primeiramente, o nome de Pierre Deffontaines<sup>8</sup>, cuja obra sobre a constituição da rede urbana brasileira remonta à década de 1930. O belo trabalho de Aroldo de Azevedo (1956) analisa a ocupação territorial brasileira a partir da fundação de vilas e cidades, entre os séculos XVI e XIX, e é também considerado um dos mais importantes estudos do passado na Geografia brasileira. Azevedo, com um pouco mais de preocupação teórica, define seu estudo como uma *Geografia retrospectiva*. No caso do Rio de Janeiro, tiveram também muita importância, a partir da década de 1950, os trabalhos de Maria Teresinha Segadas Soares e Lysia Bernardes.

## RECORTES TEMPORAIS EM GEOGRAFIA HISTÓRICA

Uma importante base teórica para a organização do tempo em Geografia Histórica é fornecida por Lawrence Estaville Jr., no artigo *Organizing time in historical geography* (1991, p. 310-322). Para o autor, os geógrafos desenvolveram uma série de estratégias de organização espaço-temporais para a investigação de padrões e processos espaciais no passado:

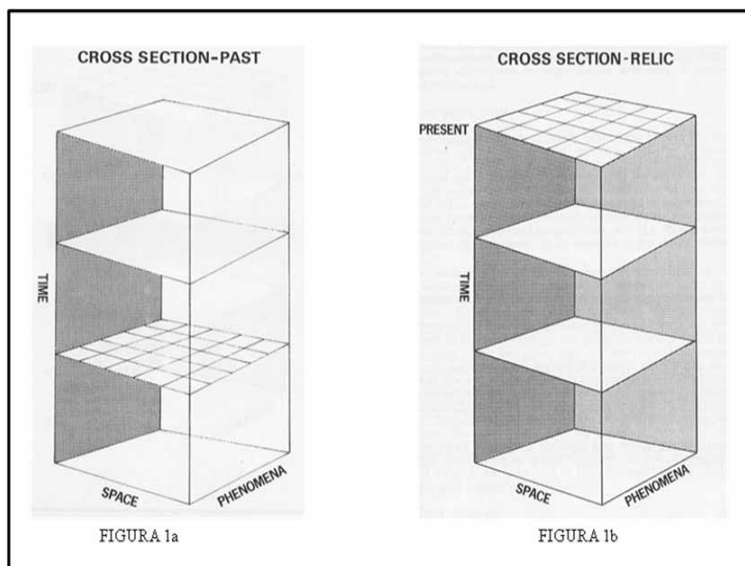
- 1) o corte temporal transversal (*temporal cross section*);
- 2) os cortes transversais sincrônicos (*synchronic cross sections*);
- 3) a subseção ou as subseções diacrônicas (*diachronic subsections*);
- 4) a integração de duas ou mais dessas estratégias.

<sup>7</sup> No caso destes, dois importantes artigos teóricos sobre o urbano e o passado no Brasil são “Pensando a cidade no Brasil do passado” (ABREU, 1996) e “Os agentes modeladores das cidades brasileiras no período colonial” (VASCONCELOS, 1997).

<sup>8</sup> Além do trabalho de Deffontaines (1938), outro importante estudo sobre a rede de cidades a partir de um enfoque evolutivo é o de Pedro Pinchas Geiger (1963).

Exploremos rapidamente cada uma das possibilidades elencadas por Estaville Jr. O corte temporal transversal pode ser subdividido em outros dois (Figura 1a e 1b). Primeiramente, a seleção de uma seção de tempo no passado (*cross section – past*) é normalmente feita pela disponibilidade de fontes materiais espaciais. É também conhecido como fatiamento do tempo, ou método horizontal, e está ligado à recriação do chamado “presente de então”. Há duas vantagens nesse tipo de recorte: a primeira é que se trata de uma estrutura temporal estática, possibilitando simplicidade, economia e facilidade na organização da pesquisa; em segundo lugar, essa seção permite que as relações espaciais sejam explicadas com relativa precisão. Já sua primeira desvantagem é desconsiderar as mudanças, o que a transforma, portanto, num ‘método de antiquário’. Outra desvantagem é que a análise de padrões espaciais congelados no tempo pode gerar explicações bastante equivocadas.

O segundo tipo, o método retrospectivo ou refletivo (*cross section – relic*), é usado para recriar geografias passadas de acordo com os vestígios encontrados na paisagem atual. A obsolescência funcional é o critério mais importante para definir as características das relíquias. Uma desvantagem óbvia, segundo Estaville Jr., é que a escassez de relíquias pode impedir a reconstrução de geografias passadas.

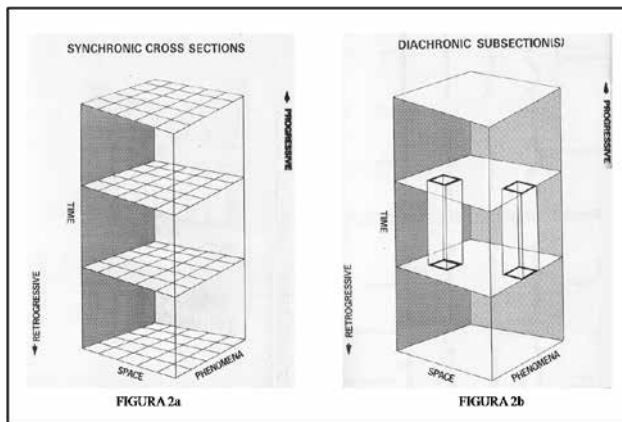


Fonte: Estaville Jr., (1991, p. 311-313).

**Figura 1: Método horizontal e método retrospectivo**

Por sua vez, os cortes sincrônicos ou seções transversais sucessivas (Figura 2a) são apenas uma extensão do corte temporal horizontal e podem ser feitos do passado para o presente (progressivamente) ou ao contrário (retrogressivamente). Para Estaville Jr., são três as vantagens desse método: ele permite reflexões pontuais para o incessante desenrolar do tempo, possibilita a análise espacial detalhada de uma série de fenômenos em cada uma das seções temporais e é capaz de promover comparações temporais e entre processos a partir da passagem de um instante a outro. Por outro lado, há uma restrição do entendimento do processo, em caso de um número reduzido de recortes e uma dificuldade de analisar aquilo que ocorre fora dos recortes, muitas vezes inferido com interpretações errôneas. Outro problema é que as taxas de mudança dos fenômenos observados podem variar.

Já as subseções diacrônicas ou longitudinais (Figura 2b) são utilizadas quando se pretende isolar relações espaciais de um fenômeno particular a partir de um fluxo contínuo de tempo e, assim como nos cortes sincrônicos, podem ser organizadas progressivamente ou retrogressivamente. Sua maior vantagem é proporcionar uma análise rica em termos de processo, como em um filme contínuo. A primeira desvantagem é que a tentativa de analisar cadeias de eventos ininterruptamente pode esbarrar na escassez de dados; a segunda é que o número de fenômenos observados costuma ser pequeno. Outras desvantagens, segundo Estaville Jr. são: as taxas de evolução do fenômeno podem variar e dificultar a análise processual; os movimentos relativamente rápidos no tempo podem embaçar a precisão da análise da estrutura espacial; e, por último, a organização temporal diacrônica pode conduzir à crítica: isto é de fato Geografia ou alguma rubrica da História?



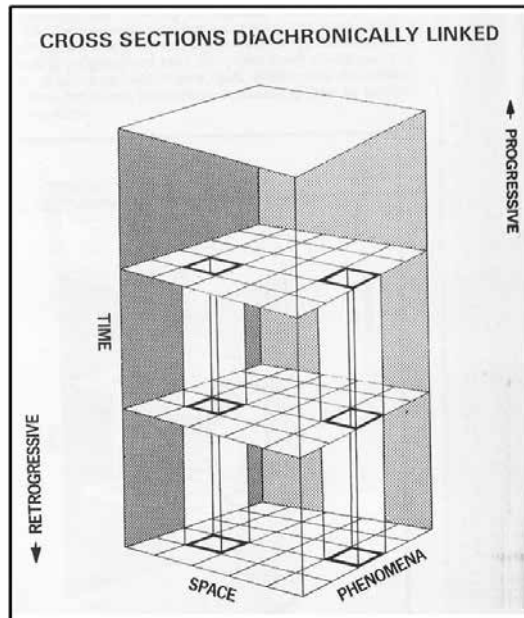
Fonte: Estaville Jr., (1991, p. 314-316).

**Figura 2: Método sincrônico e método diacrônico**



Como se percebe, tanto a sincronia quanto a diacronia apresentam limitações à análise espaço-temporal. A primeira, definida por Milton Santos (1996, p.159) como o “o eixo das coexistências”, empobrece o estudo do processo; a segunda, definida pelo mesmo autor como “o eixo das sucessões”, empobrece a análise da estrutura espacial. A solução, segundo Estaville Jr. (p. 319-322), vem das possibilidades de integração entre ambas: a abordagem sincrônico-diacrônica. Abordaremos aqui uma delas, utilizando um exemplo para fins demonstrativos.

O trabalho sobre a geografia do comércio atacadista carioca na segunda metade do século XIX (ALVES, 2011) se vale da união das perspectivas sincrônica e diacrônica, conforme mostra a Figura 3 (*cross sections diachronically linked*):



Fonte: Estaville Jr. (1991, p. 320).

Figura 3: Cortes horizontais unidos diacronicamente

Com essa escolha, isolamos a categoria comércio atacadista, vista processualmente a partir de dois recortes sincrônicos: 1855 e 1900. A escolha do período em pauta esteve primeiramente baseada no conhecimento sobre a evolução do espaço urbano carioca que, a partir da segunda metade do século

XIX, passa a experimentar com intensidade a tensão entre as temporalidades colonial e capitalista<sup>9</sup>.

A seleção do corte temporal de 1855 derivou da tentativa de analisar o período imediatamente anterior à chegada de uma importante inovação no sistema técnico, a Estrada de Ferro Dom Pedro II. A partir de 1858, a ferrovia passa a funcionar como elemento modernizante da exportação cafeeira, principal atividade comercial da cidade. Já o final da análise no ano de 1900 permite que exploremos o momento anterior à Reforma de Pereira Passos, uma intervenção do Estado que, na primeira década do século XX, vem acelerar o processo de separação entre as classes sociais e os usos do solo – entre eles, o uso comercial.

Nesse sentido, é necessário pontuar a importância do artifício sincrônico-diacrônico. Se, de um lado, o viés diacrônico permite o isolamento de uma categoria específica (nesse caso o comércio por atacado) e a identificação de possíveis permanências e mudanças nos seus padrões espaciais, por outro, a análise de tais padrões não pode negligenciar a totalidade espacial na qual eles estão imersos. Aí nos valem da análise da estrutura espacial, privilegiada na sincronia. No caso do Rio de Janeiro oitocentista, os padrões espaciais do atacadismo seguem em parte o comportamento geral do setor terciário, que deve ser posto em conexão com as características dos usos residencial e industrial.

Por fim, há de se problematizar a questão do número de recortes. Ao trabalharmos com apenas duas subseções, sabidamente perdemos no detalhamento do processo espacial. Entretanto, vale considerar que, nesse caso, a grande quantidade de dados primários levantados é mais facilmente organizada em um número pequeno de recortes. Nada impede, todavia, que trabalhem mais detalhadamente com os elementos considerados mais importantes. A cadeia comercial do café, por exemplo, foi vista a partir da mesma perspectiva sincrônico-diacrônica, mantendo-se os recortes-limite (1855 e 1900) e acrescentando-se mais dois recortes intermediários (1870 e 1885). Nesse caso, os recortes intermediários ajudaram a mostrar singularidades expressas nos padrões espaciais e na organização funcional de elementos como comissários e ensacadores de café<sup>10</sup>.

<sup>9</sup> Uma das mais importantes referências da Geografia Histórica carioca, que aborda este e outros momentos, é o já clássico “Evolução Urbana do Rio de Janeiro” (ABREU, 2006 [1987]).

<sup>10</sup> Há sempre que se levar em conta a especificidade do fenômeno que está sendo tratado. No caso do setor atacadista entre 1855 e 1900, logo se percebeu que a tendência de homogeneidade dos padrões tornava os recortes intermediários desnecessários para a análise do setor como um todo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressaltemos que este artigo chega num momento triste para a Geografia brasileira, que perde um de seus maiores representantes recentes. Conforta-nos, porém, a chance de participar desta pequena e merecida homenagem ao trabalho de Mauricio Abreu, que fez da Geografia Histórica – sobretudo a carioca – um belo veículo de circulação de ideias. Esta hora é também uma oportunidade para refletirmos sobre o quadro atual da Geografia Histórica que, a despeito do esforço desse e de outros mestres, segue ainda marginalizada na ciência geográfica. Cabe aos que aqui se dedicam ao estudo geográfico do passado fomentar, quanto mais possível, novos debates e meios de divulgação, a exemplo deste volume da Revista Cidades.

A meu ver, a elevação a um novo patamar de reflexão sobre as bases teóricas da Geografia Histórica passa primeiramente pelo resgate de autores clássicos, mas também pelo diálogo com novas propostas de união entre espaço e tempo, ou Geografia e História. Já as tentativas de sistematização dos geógrafos historiadores, mesmo com problemas – e que aqui se tornaram tão evidentes – são válidas e nos ajudam a preencher lacunas antigas, sobretudo no caso da Geografia brasileira.

Por fim, o maior reconhecimento de nosso campo requer que consigamos remover as associações simplistas que envolvem a Geografia e a História, avançando para um saber científico mais arejado. Seja pela diversidade de definições e de procedimentos metodológicos, seja pelas tensões da análise espaço-temporal, aqui ficou demonstrada a vivacidade da Geografia Histórica que, no ensejo deste momento de autoanálise, pode ter seus horizontes renovados.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Mauricio de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. 4. ed. Rio de Janeiro: IPLAN/ZAHAR, 2006.

\_\_\_\_\_. Construindo uma geografia do passado: Rio de Janeiro, cidade portuária, século XVII. *Geosp*, São Paulo, n. 7, p. 13-25, 2000.

\_\_\_\_\_. *Geografia Histórica do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2010, 2 v.

---

Em outros fenômenos, porém, a velocidade das mudanças pode impor a necessidade de um maior fatiamento do tempo, sob risco de perdas importantes na análise do processo espacial.

\_\_\_\_\_. Pensando a cidade no Brasil do passado. In: CASTRO, Iná Elias; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo César da Costa (Org). *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. P. 145-184.

ALVES, Vitor de Araujo. *A geografia do comércio atacadista carioca (1855-1900)*. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

AZEVEDO, Aroldo de. Vilas e cidades do Brasil Colonial. *Terra Livre*, São Paulo, n. 10, p. 23-78, 1992.

BAKER, Alan. *Geography and history: bridging the divide*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

BROOKS GREEN, D. (Ed.). *Historical geography: a methodological portrayal*. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 1991.

BUTLIN, Robin. *Historical geography: Through the gates of space and time*. London: E. Arnold, 1993.

CASTRO, Therezinha de. *Estudos de Geo-história*. Rio de Janeiro: Record, 1970.

DARBY, Henry Clifford. On the relations of geography and history. In: BROOKS GREEN, D. (Ed.). *Historical geography: a methodological portrayal*. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 1991. P. 34-45.

\_\_\_\_\_. Historical Geography. In: BROOKS GREEN, D. (Ed.). *Historical geography: a methodological portrayal*. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 1991. P. 59-77.

DEFFONTAINES, Pierre. Como se constituiu no Brasil a rede das cidades. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 1, n. 1, p. 119-146, 2004.

ESTAVILLE Jr., Lawrence. Organizing time in Historical Geography. In: BROOKS GREEN, D. (Ed.). *Historical geography: a methodological portrayal*. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 1991. P. 310-323.

GEIGER, Pedro Pinchas. *Evolução da rede urbana brasileira*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1963.

GILBERT, Edmund Willian. What is Historical Geography? In: BROOKS GREEN, D. (Ed.). *Historical geography: a methodological portrayal*. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 1991. P. 10-16.

GUELKE, Leonard. *Historical understanding in geography: an idealist approach*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

\_\_\_\_\_. The Relations between Geography and History Reconsidered. *History and Theory*, Middletown, v. 36, p. 216-234, 1997.

HARTSHORNE, Richard. The relation of history to geography. In: BROOKS GREEN, D. (Ed.). *Historical geography: a methodological portrayal*. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 1991. P. 59-77.

\_\_\_\_\_. *Questões sobre a natureza da geografia*. Rio de Janeiro: Instituto Panamericano de Geografia e História, 1969.

MITCHELL, Jean. *Historical Geography*. London: English Universities Press, 1954.

NORTON, Willian. *Historical analysis in geography*. New York: Longman, 1984.

PHILO, Chris. História, geografia e o “mistério ainda maior da geografia histórica”. In: GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham (Org). *Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. P. 269-298.

PIRES, Hindenburgo Francisco. Reflexões sobre a contribuição da geografia histórica e da geohistória na renovação dos pensamentos geográfico e histórico no século XX. In: COLÓQUIO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO, 1., 2007, Uberlândia. *Anais...* Uberlândia, 2007. P. 01-08.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: EdUSP, 1978.

\_\_\_\_\_. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SAUER, Carl. Foreword to Historical Geography. *Annals of Association of American Geographers*, Washington DC, v. 31, n. 1, 1941. Traduzido por CASTRO, Guilherme, 2003. Disponível em: <<http://www.geografiaenespanol.net>>. Acesso em: 18 set. 2012.

VASCONCELOS, Pedro Almeida. Os agentes modeladores das cidades brasileiras no período colonial. In: CASTRO, Iná Elias; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo César da Costa (Org.). *Explorações Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. P. 247-278.